



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(BATALHÃO DE ENGENHEIROS / 1855)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

**Interessado: 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE**

**Assunto:**

**Contratação de Serviços Gráficos.**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO – 90023/2024**

**MOVIMENTO DO PROCESSO**

<b>DESTINO</b>	<b>DATA</b>	<b>DESTINO</b>	<b>DATA</b>
1			13
2			14
3			15
4			16
5			17
6			18
7			19
8			20
9			21
10			22
11			23
12			24



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(BATALHÃO DE ENGENHEIROS / 1855)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90023/2024**

***PROCESSO ADMINISTRATIVO (NUP) Nº 64036.006922/2024-81***

**TERMO DE ABERTURA**

**OBJETO:** contratação de serviços gráficos.

Em conformidade com o disposto no Art. 75 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, autuo, nesta data, o Processo Administrativo referente à Dispensa de Licitação acima indicada, cujo objeto está definido no despacho do Ordenador de Despesas do 7º Batalhão de Engenharia de Combate, no DIEx (requisição) nº 63-Almox/7º BECmb, 18 de setembro de 2024.

Natal-RN, 21 de outubro de 2024.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA OLIVEIRA', written over a horizontal line.

**JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA OLIVEIRA – 2º Sgt**  
Aux SALC do 7º BECmb



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE**  
**(BATALHÃO DE ENGENHEIROS / 1855)**  
**BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

**DIEx nº 63-Almox/7º BECmb**  
**EB: 64036.006922/2024-81**

**Natal-RN, 18 de set de 2024.**

**Do** Encarregado do Setor de Material

**Ao** Sr. Fiscal Administrativo

**Assunto:** Dispensa de Licitação para Serviços Gráficos para atender as necessidades do 7º BECmb

**Atos normativos de regulamentação da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.**

<b>Ato</b>	<b>Observação</b>
Decreto de bens de consumo comum e de luxo	<b>DECRETO Nº 10.818, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021</b> - Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.
Portaria sobre Governança das contratações públicas	<b>PORTARIA SEGES/ME Nº 8.678, DE 19 DE JULHO DE 2021</b> - Dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
Instrução Normativa de Pesquisa de Preços	<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021</b> - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Decreto do plano de contratações anual e PGC	<b>DECRETO Nº 10.947, DE 25 DE JANEIRO DE 2022</b> - Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Portaria que institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras	<b>PORTARIA SEGES/ME Nº 938, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022</b> - Institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e

	fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Instrução Normativa sobre os Estudos Técnicos Preliminares	<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022</b> - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
Instrução Normativa sobre critério de julgamento por menor preço ou maior desconto	<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022</b> - Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
Decreto de agente de contratação, equipe de apoio, comissão de contratação, gestores e fiscais de contratos	<b>DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022</b> - Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Instrução Normativa do Termo de Referência (TR) Digital	<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022</b> - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.
Decreto SRP	<b>DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023</b> - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

#### Anexos:

1. Documento de Formalização da demanda
2. Termo de Referência;
3. Justificativas da contratação;
4. Mapa de Risco
5. Pesquisas de preço;
6. Mapa comparativo de pesquisa de preço

Nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, solicito-vos providências junto ao Ordenador de Despesas no sentido de aprovar a aquisição de serviços gráficos, conforme as especificações no Termo de Referência em anexo.

**RAPHAEL CARLOS RODRIGUES – 3º Sgt**  
Requisitante

Aprovo, em 18 de setembro de 2024.

**FABIANO DE MELLO**  
**GOMES:9328825504**  
**9**

Digitally signed by FABIANO DE MELLO  
GOMES:9328825504  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autoridade Certificadora de  
Defesa, OU=03277610000125, OU=Presencial, OU=Certificado  
PF A3, CN=FABIANO DE MELLO GOMES:9328825504  
Reason: I am the author of this document  
Location:  
Date: 2024.11.04 11:55:05-03'00'  
Foxit PDF Reader Version: 2024.3.0

**FABIANO DE MELLO GOMES – 2º Ten**  
Fiscal Administrativo do 7º BE Cmb

**Despacho do OD:**

**1. Autorizo o início dos procedimentos licitatórios e determino a abertura do processo correspondente, com a aplicação das seguintes Legislações:**

**2. Lei de Licitações e Contratos Administrativos:**

(X) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**3. Os bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal será nas categorias de qualidade:**

(X) Comum ( ) Luxo

**3.1. Adotar o seguinte Decreto para os bens:**

(X) DECRETO Nº 10.818, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021.

**4. Sobre a governança das contratações públicas:**

(X) PORTARIA SEGES/ME Nº 8.678, DE 19 DE JULHO DE 2021.

**5. Para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens:**

(X) INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021.

**5.1. SIGILOSO:**

( ) Sim

(X) Não

**6. Definido o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações:**

(X) DECRETO Nº 10.947, DE 25 DE JANEIRO DE 2022.

**7. A padronização dos itens será pelo Catálogo Eletrônico:**

(X) Catálogo de Compras

( ) Catálogo de Serviço

( ) Catálogo de Obras e Serviços de Engenharia

**7.1. Adotar:**

(X) PORTARIA SEGES/ME Nº 938, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022.

**8. A elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, de acordo com o Sistema ETP Digital:**

( ) Obrigatória (x) Facultada

**8.1. Adotar:**

(X) INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022.

**9. O critério de julgamento será por:**

(X) Menor Preço ( ) Maior Desconto ( ) Técnica e Preço

(X) INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

**10. Para as regras de atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos:**

(X) DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022;

**10.1. Designação será:**

(X) Agente de Contratação    ( ) Comissão de Contratação

**10.2. Equipe de Apoio:**

(X) Sim    ( ) Não


**11. Sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, será:**

(X) INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022;

**12. Para fins do art. 82 ao art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, adotar o Sistema:**

(X) SRP    ( ) Tradicional

(X) DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.

Documento assinado digitalmente  
 MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JUNIOR  
Data: 25/09/2024 16:54:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JUNIOR – Cel**  
Ordenador de Despesas do 7º BE Cmb



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(Batalhão de Engenheiros / 1855)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO (NUP): 64036.006922/2024-81**

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº \_\_\_\_\_/2024**

**JUSTIFICATIVA DAS NECESSIDADES DA CONTRATAÇÃO**

- 1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE E DA QUANTIDADE PRETENDIDA PARA CONTRATAÇÃO.**
- 2. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA.**

**OBJETO**

O objeto desta Dispensa Eletrônica é a contratação de Serviços Gráficos para suprir as necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Combate conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus Anexos.

**1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE E DA QUANTIDADE PRETENDIDA PARA CONTRATAÇÃO.**

A contratação do Serviço Gráfico dá-se a em virtude de suprir as necessidades de serviço Gráfico afim de atender as diversas missões e operações do 7º Batalhão de Engenharia de Combate.

**2. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA**

A Dispensa Eletrônica privilegia a celeridade, eficiência, e fomenta a competitividade sem abrir mão da isonomia entre os participantes, além de proporcionar maior eficiência, transparência e competitividade para a administração pública.

Opta-se pela Dispensa Eletrônica conforme Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021.

Natal, RN, 18 de setembro de 2024.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JUNIOR  
Data: 25/09/2024 17:01:09-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JUNIOR – Cel**  
Ordenador de Despesas do 7º BE Cmb



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(Batalhão de engenheiros / 1855)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA**

**Telefone: (84) 99424-0108**

**INTRODUÇÃO**

Aquisição de Serviços Gráficos para o 7º BECmb. As informações constantes nesse documento estão conforme as diretrizes do Art. 2 e Art. 8, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022.

**1 – IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE**

<b>Área Requisitante:</b> Almoxarifado	
<b>Responsável pela demanda:</b> RAPHAEL CARLOS RODRIGUES – 3º SGT	<b>Identidade:</b> 0708667571
<b>E-mail:</b> almoxarifado.7becmb2021@gmail.com	<b>Telefone:</b> (84) 99412-1687

**2 – IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DO INTEGRANTE REQUISITANTE**

<b>Nome:</b> LUAN VALENÇA DA SILVA – 2º SGT	<b>Identidade:</b> 0701981375
<b>Cargo:</b> Aux de Almoxarife	<b>OM:</b> 7º BE CMB
<b>E-mail:</b> almoxarifado.7becmb2021@gmail.com	<b>Telefone:</b> (67) 98464-2306

Por este instrumento declaro ter ciência das competências do **Requisitante**, conforme Art. 2º, Inc. II, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, bem como da minha indicação para exercer esse papel na área técnica de conforme Art. 2º, § 1º, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022.

Natal-RN, 18 de setembro de 2024

**RAPHAEL CARLOS RODRIGUES – 3º SGT**

Requisitante

**3 – IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA**

**Objeto da Contratação:**

**Contratação de serviços de gráficos e de chaveiro para o 7º BE Cmb**, de acordo com o Art. 8, Inc. II, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022

#### 4 – MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA

Trata-se da contratação de serviços gráficos se dá virtude para suprir as necessidades administrativas e da do 7º BECmb, de acordo com o Art. 8, Inc. I, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022

#### 5. Quantidade a ser contratada:

A quantidade a ser adquirida baseia-se na periodicidade e necessidade da contratação do instrumento. Conforme tabela abaixo, de acordo com o Art. 8, Inc. IV, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022:

Item	Especificação	CATSER	Und	Qtd Min	Qtd Max	MÉDIA	Valor Estimado Por Item
1	Confecção de Banner, impressão em papel: 1,20x90cm, colorido, gramatura 150g/m², acabamento: perfil, cordão (nylon) e ponteiros plásticas.	-	Und	100	X	R\$ 92,93	R\$ 92,93
2	CONFECÇÃO DE Cartaz formato A2, impressão colorida (4x0 cores), papel offset ou couché 150g/m².	-	Und	100	X	R\$ 21,37	R\$ 21,37
3	Confecção de Impressão de fotografia em papel fotográfico fosco. Tamanho 30x40 cm	-	Und	100	X	R\$ 11,52	R\$ 11,52
TOTAL						R\$ 12.582,00	

#### 6 – PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A contratação de serviço está prevista para o ano de 2024, com prazo de 12 meses para conclusão, de acordo com o Art 8º, Inc. V, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022.

#### 7 – COMISSÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES E GERENCIAMENTO DE RISCO

Os Estudos Técnicos Preliminares e o Gerenciamento de Risco para este termo de referência estão sobre responsabilidade dos militares designados abaixo, de acordo com o Art. 8, Inc. VIII, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022:

**LUAN VALENÇA DA SILVA – 2º Sgt**

**RAPHAEL CARLOS RODRIGUES – 3º Sgt**


Esta comissão foi nomeada para compor os processos licitatórios demandados para Seção de Almojarifado, para o biênio 2024/2025.


#### 8 – RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

Suprir as necessidades administrativas no 7º Batalhão de Engenharia de Combate, com a solicitação de serviços gráficos e contratação de chaveiros para reparos, sendo classificada no grau de prioridade médio, conforme o Art. 8, Inc. VI, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022.

## 9 – FONTE DE RECURSOS

Em conformidade com os Artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa prevista neste processo Administrativo, que visa a esta contratação, programadas em dotação orçamentária própria, e recursos do Tesouro Nacional.

<b>ENCAMINHAMENTO</b>	
Encaminhe-se à autoridade competente da Área Técnica, que deverá:	
<p>I. Decidir motivadamente sobre o prosseguimento da aquisição;</p> <p>II. Indicar o para composição da Equipe de Planejamento da Aquisição, quando da continuidade da aquisição; e</p> <p>III. Encaminhar para a Área Técnica para fins de análise, de acordo com o Art. 9, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022</p>	
<p>Natal-RN, 18 de setembro de 2024</p> <p>Documento assinado digitalmente</p> <p> <b>RAPHAEL CARLOS RODRIGUES</b> Data: 25/09/2024 10:19:23-0300 Verifique em <a href="https://validar.iti.gov.br">https://validar.iti.gov.br</a></p>	
<p><b>RAPHAEL CARLOS RODRIGUES – 2º SGT</b></p> <p>Integrante Requisitante</p>	

<b>10 – IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DO INTEGRANTE TÉCNICO</b>	
<b>Nome:</b> LUAN VALENÇA DA SILVA – 2º SGT	<b>Identidade:</b> 0701981375
<b>Cargo:</b> Aux Almoz	<b>OM:</b> 7º BE CMB
<p>Por este instrumento declaro ter ciência das competências dos INTEGRANTES Técnico, conforme Art. 2, Inc. III, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, bem como da minha indicação para elaborar os Estudos Preliminares e o Gerenciamento de Risco e, se necessário, daquele a quem será confiada a fiscalização dos serviços.</p> <p>De acordo,</p>	
<p>Natal-RN, 18 de setembro de 20<sup>24</sup></p> <p>Documento assinado digitalmente</p> <p> <b>LUAN VALENÇA DA SILVA</b> Data: 25/09/2024 09:23:48-0300 Verifique em <a href="https://validar.iti.gov.br">https://validar.iti.gov.br</a></p>	
<p><b>LUAN VALENÇA DA SILVA – 2º SGT</b></p> <p>Integrante da Área Técnica</p>	

## 11 – DECISÃO DO FISCAL ADMINISTRATIVO

Aprovo o prosseguimento da contratação, considerando sua relevância e oportunidade em relação aos objetivos estratégicos e as necessidades da Área Requisitante, de acordo com o art. 2, Inc VI, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022.

<b>12 – IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DO INTEGRANTE ADMINISTRATIVO</b>	
<b>Nome:</b> FABIANO DE MELLO GOMES	<b>Identidade:</b> xxxxxx
<b>Cargo:</b> Fiscal Administrativo	<b>OM:</b> 7º BE CMB
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:fiscadm7@gmail.com">fiscadm7@gmail.com</a>	<b>Telefone:</b> (84) 3344-1010

Por este instrumento declaro ter ciência das competências da Equipe, conforme dispõe Art. 2, Inc. II e III e § 1º, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022.

Seja encaminhado ao Ordenador de Despesas do 7º Batalhão de Engenharia de Combate.

Natal-RN, 18 de setembro de 2024

**FABIANO DE MELLO  
GOMES:93288255049**

Digitally signed by FABIANO DE MELLO GOMES:93288255049  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autoridade Certificadora de Defesa, OU=03277610000125, OU=Presencial, OU=Certificado PF A3, CN=FABIANO DE MELLO GOMES:93288255049  
Reason: I am the author of this document  
Location:  
Date: 2024.09.20 11:00:37-03'00'  
Foxit PDF Reader Version: 2023.3.0

**FABIANO DE MELLO GOMES – 2º Ten**

Fiscal Administrativo do 7º BE Cmb

Fica instituída a Equipe Técnica e será automaticamente destituída quando da assinatura do contrato.

**Equipe de Planejamento da Contratação:**

Integrante Requisitante: **RAPHAEL CARLOS RODRIGUES – 3º Sgt**

Integrante Técnico: **LUAN VALENÇA DA SILVA – 2º SGT**

Integrante Administrativo: **FABIANO DE MELLO GOMES – 2º Ten**

**DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS**

Conforme previsão no art. 2º, Inc I, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, autorizo o prosseguimento da Licitação para aquisição de bombas, pelo 7º Batalhão de Engenharia de Combate.

Quartel em Natal-RN, 18 de setembro de 2024



Documento assinado digitalmente  
**MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JUNIOR**  
Data: 25/09/2024 16:54:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JUNIOR – Cel**  
**Ordenador de despesas**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE**  
*(Batalhão de Engenheiros /1855)*  
**BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

**Dispensa:** \_\_\_/2024

**Processo Administrativo nº 64036.006922/2024-81**

**Objeto:** A contratação de serviços gráficos se dá em virtude para suprir as necessidades administrativas do **7º Batalhão de Engenharia de Combate** em Natal-RN.

**GERENCIAMENTO DE RISCOS**

Assim como em toda contratação, vislumbram-se nesta alguns riscos que podem comprometer o sucesso do procedimento, tanto nas fases de planejamento da contratação e seleção do fornecedor como na de gestão do contrato e execução dos serviços.

A análise de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamentos dos riscos relacionados a todo o processo.

Para cada risco identificado, define-se a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais em caso de acontecimento, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação. Entendem-se por ações preventivas, aquelas a serem tomadas, com base no desenho do mapa de riscos, de forma a prevenir a ocorrência dos riscos. As ações de contingência, no entanto, são as que devem ser tomadas na ocasião dos danos começarem a ocorrer com a materialização dos riscos previstos.

Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa. A análise qualitativa dos riscos é realizada por meio da classificação escalar da probabilidade e do impacto, conforme as tabelas de referência a seguir:

<b>ESCALA DE PROBABILIDADES</b>	
DESCRITOR	DESCRIÇÃO
Muito Baixo	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência
Baixo	Evento casual e inesperado, sem histórico de ocorrência
Médio	Evento esperado, de frequência reduzida, com histórico de ocorrência parcialmente conhecido
Alto	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido
Muito Alto	Evento repetitivo e constante

ESCALA DE IMPACTO	
DESCRITOR	DESCRIÇÃO
Muito Baixo	Impacto insignificante nos objetivos
Baixo	Impacto mínimo nos objetivos
Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação
Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação
Muito Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação

A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto, tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.

A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento responsável pela definição dos critérios quantitativos de classificação do nível de risco:

MATRIZ PROBABILIDADE X IMPACTO		PROBABILIDADE				
		1	2	3	4	5
IMPACTO	5	5	10	15	20	25
	4	4	8	12	16	20
	3	3	6	9	12	15
	2	2	4	6	8	10
	1	1	2	3	4	5

O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da matriz probabilidade x impacto.

Cada região da matriz terá seu apetite a risco e sua classificação de riscos, conforme as tabelas apresentadas a seguir:

MATRIZ APETITE A RISCO		PROBABILIDADE				
		1	2	3	4	5
IMPACTO	5			Absolutamente		
	4			inaceitável		
	3			Inaceitável		
	2		Aceitável			



<b>PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO</b>	1	Quantitativo e/ou capacitação insuficiente.	2	Baixa	5	Muito Alto	10	Inaceitável
	2	Definição imprecisa de quantitativos, especificação e preços.	2	Baixa	5	Muito Alto	10	Inaceitável
	3	Equívoco na escolha do modelo da contratação, com ou sem material.	1	Muito Baixa	5	Muito Alto	5	Aceitável
	4	Insuficiência de recursos orçamentários para contratação.	1	Muito Baixa	5	Muito Alto	5	Aceitável
	5	Não autorização de despesa para a contratação.	1	Muito Baixa	5	Muito Alto	5	Aceitável
	6	Superdimensionamento ou subdimensionamento dos eventos de risco.	2	Baixa	4	Alto	8	Inaceitável
	7	Edital ou Termo de Referência incompleto.	2	Baixa	5	Muito Alto	10	Inaceitável
	8	Parecer jurídico ineficaz, genérico ou omissivo.	1	Muito Baixa	4	Alto	4	Aceitável
<b>SELEÇÃO DO FORNECEDOR</b>	9	Quantitativo de pessoal ou capacitação insuficiente dos agentes de licitação (pregoeiros e equipe de apoio).	1	Muito Baixa	5	Muito Alto	5	Aceitável
	10	Licitação fracassada (item deserto ou cancelado)	1	Muito Baixa	5	Muito Alto	5	Aceitável
	11	Aceitação de proposta em desacordo com o Edital	1	Muito Baixa	5	Muito Alto	5	Aceitável
	12	Planilha de custos e formação de preços do licitante em desacordo com a Convenção Coletiva de Trabalho.	2	Baixa	5	Muito Alto	10	Inaceitável
	13	Falhas no julgamento da habilitação, em especial na análise dos atestados; falhas na análise da planilha de custos e formação de preços do licitante.	2	Baixa	5	Muito Alto	10	Inaceitável
	14	Seleção de empresa sem a devida capacidade para executar o contrato.	2	Baixa	5	Muito Alto	10	Inaceitável
	15	Transcrição inadequada dos termos editalícios ao contrato, emissão da nota de empenho com dados inadequados.	2	Baixa	5	Muito Alto	10	Inaceitável

	16	Demora na conclusão da sessão do pregão, ocasionando atrasos na homologação e consequente contratação.	2	Baixa	5	Muito Alto	10	Inaceitável
	17	Interposição de recursos por parte de licitantes.	2	Baixa	5	Muito Alto	10	Inaceitável
<b>GESTÃO DO CONTRATO</b>	18	Recusa do licitante vencedor em assinar o contrato.	1	Muito Baixa	5	Muito Alto	5	Aceitável
	19	Não apresentação de garantia contratual pela contratada.	1	Muito Baixa	5	Muito Alto	5	Aceitável
	20	Garantia contratual emitida por instituição não cadastrada no Banco Central do Brasil.	2	Baixa	5	Muito Alto	10	Inaceitável
	21	Quantitativo de pessoal ou capacitação insuficiente dos agentes de fiscalização e gestão do contrato.	1	Muito Baixa	5	Muito Alto	5	Aceitável
	22	Acompanhamento da execução contratual insuficiente por parte da fiscalização e gestão do contrato.	1	Muito Baixa	5	Muito Alto	5	Aceitável
	23	Falha de comunicação entre gestor e fiscal de contrato.	1	Muito Baixa	5	Muito Alto	5	Aceitável
	24	Falha ou ausência de registro de ocorrências.	2	Baixa	5	Muito Alto	10	Inaceitável
	25	Falha de comunicação entre Administração e contratada.	1	Muito Baixa	4	Alto	4	Aceitável
	26	Executar serviços fora dos padrões pretendidos.	1	Muito Baixa	5	Muito Alto	5	Aceitável
	27	Interrupção temporária dos serviços por quaisquer razões.	1	Muito Baixa	4	Alto	4	Aceitável
	28	Deixar a contratada de fornecer aos empregados às condições necessárias ao desempenho das tarefas, como uniformes, equipamentos e EPI's.	1	Muito Baixa	5	Muito Alto	5	Aceitável
	29	Ocorrência de acidente de trabalho com funcionário da contratada.	2	Baixa	5	Muito Alto	10	Inaceitável
	30	Deixar a contratada de pagar salários, benefícios e encargos trabalhistas e previdenciários.	2	Baixa	5	Muito Alto	10	Inaceitável
	31	Não manutenção das condições de	2	Baixa	5	Muito	10	Inaceitável

		habilitação pela contratada.				Alto		
32		Falência, insolvência, quebra contratual pela contratada.	1	Muito Baixa	5	Muito Alto	5	Aceitável
33		Interrupção definitiva dos serviços pela contratada por outras razões não elencadas anteriormente.	1	Muito Baixa	5	Muito Alto	5	Aceitável
34		Responsabilização subsidiária da Administração em ações trabalhistas contra a contratada.	2	Baixa	5	Muito Alto	10	Inaceitável
35		Pagamento indevidos à contratada.	2	Baixa	5	Muito Alto	10	Inaceitável
36		Falta de disponibilidade financeira para pagamento de despesa no prazo.	2	Baixa	5	Muito Alto	10	Inaceitável
37		Não aplicação de sanções à contratada pela Administração.	2	Baixa	4	Alto	8	Inaceitável

Fase	Id	Risco	Dano	Ações Preventivas	Responsáveis	Ações de Contingência	Responsáveis
<b>PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO</b>	1	Quantitativo e/ou capacitação insuficiente.	Atraso na contratação; Contratação em desacordo com a necessidade da Administração.	Designar pessoal capacitado e em quantidade suficiente para a composição da equipe de planejamento da contratação.	Ordenador de despesas	Designar pessoal adicional para a composição da equipe de planejamento da contratação.	Ordenador de despesas
	2	Definição imprecisa de quantitativos, especificação e preços.	Contratação em desacordo com a necessidade da Administração; Prejuízo ao erário.	Participação ativa do Setor requisitante no planejamento da contratação, de modo a mitigar os riscos.	Setor Requisitante; Equipe de Planejamento da Contratação	Refazer procedimento de planejamento.	Equipe de Planejamento da Contratação; Ordenador de despesas.
	3	Equívoco na escolha do modelo da contratação, com ou sem material.	Contratação em desacordo com a necessidade da Administração; Prejuízo ao erário.	Participação ativa do Setor Requisitante no planejamento da contratação, de modo a mitigar os riscos.	Setor Requisitante no planejamento da contratação.	Refazer procedimento de planejamento; Refazer procedimento de planejamento.	Equipe de Planejamento da Contratação; Ordenador de despesas.
	4	Insuficiência de recursos orçamentários para	Inviabilidade de execução contratual.	Prever recursos necessários no orçamento anual.	Gestor do Contrato; Ordenador de	Readequar a contratação à capacidade	Gestor do Contrato; Ordenador de

	contratação			despesas	orçamentária.	despesas	
	5	Não autorização de despesa para a contratação	Inviabilidade de execução contratual.	Prever recursos necessários no orçamento anual.	Ordenador de despesas	Readequar a contratação à capacidade orçamentária disponível.	Equipe de Planejamento da Contratação
	6	Superdimensionamento ou subdimensionamento dos eventos de risco.	Falha no planejamento da contratação; Falha na seleção do fornecedor; Falha na gestão contratual.	Realizar reunião da Equipe de Planejamento da Contratação com Setor requisitante, Fiscais de Contratos e Setor de Licitações para o levantamento de eventos de riscos de modo mais adequado possível.	Equipe de Planejamento da Contratação	Elaborar mapa de riscos com base em contratações anteriores e contratações similares de outros Entes.	Equipe de Planejamento da Contratação
	7	Edital e Termo de Referência incompletos	Licitação fracassada ou deserta; Contratação em desacordo com a necessidade da Administração; Prejuízo ao erário.	Revisar cuidadosamente o Edital e o Termo de Referência, de modo a verificar suas adequações	Equipe de Planejamento da Contratação; Setor de Licitações	Revogar ou anular o processo de licitação.	Ordenador de despesas
	8	Parecer jurídico ineficaz, genérico ou omissivo	Insegurança jurídica na contratação.	Solicitar nova vista à Assessoria Jurídica.	Seção de Licitações e Contratos	Revogar ou anular o processo de licitação	Ordenador de despesas
<b>SELEÇÃO DO FORNECEDOR</b>	9	Quantitativo de pessoal ou capacitação insuficiente dos agentes de licitação (pregoeiros e equipe de apoio).	Atraso na contratação; Contratação em desacordo com a necessidade da Administração.	Designar pessoal capacitado e em quantidade suficiente para a condução do processo licitatório.	Ordenador de despesas	Designar pessoal adicional para a condução do processo licitatório.	Ordenador de despesas
	10	Licitação fracassada (item deserto ou cancelado)	Falta ou atraso dos serviços.	Planejar adequadamente a contratação, em especial quanto aos quantitativos, especificação, estimativa de preços dos serviços, Edital e Termo de Referência, de modo a verificar suas	Equipe de Planejamento da Contratação; Setor de Licitações	Realizar contratação emergencial a fim de garantir a prestação dos serviços.	Seção de Licitações e Contratos

			adequações.			
11	Aceitação de proposta em desacordo com o Edital.	Contratação em desacordo com a necessidade da Administração; Prejuízo ao erário.	Verificar a proposta com os instrumentos de planejamento da contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação; Seção de Licitações e Contratos	Revogar aceitação de proposta em desacordo com o Edital.	Seção de Licitações e Contratos
12	Planilha de custos e formação de preços do licitante em desacordo com a Convenção Coletiva de Trabalho.	Contratação em desacordo com a necessidade da Administração; Prejuízo ao erário; Cometimento de ato ilegal.	Solicitar adequação da planilha de custos e formação de preços.	Seção de Licitações e Contratos	Desclassificar proposta inadequada.	Seção de Licitações e Contratos
13	Falhas no julgamento da habilitação, em especial na análise dos atestados; falhas na análise da planilha de custos e formação de preços do licitante.	Contratação em desacordo com a necessidade da Administração; Prejuízo ao erário; Contratação de empresa não capacitada para a execução contratual.	Averiguar a autenticidade dos atestados por meio de diligências, sempre que necessário; Ter atenção na análise de planilhas de custos de formação de preços.	Equipe de Planejamento da Contratação; Seção de Licitações e Contratos.	Desclassificar licitante sem requisitos necessários	Seção de Licitações e Contratos
14	Seleção de empresa sem a devida capacidade para executar o contrato	Falha na prestação dos serviços; Interrupção da prestação dos serviços.	Verificar a capacidade técnica do licitante por meio de atestados; Verificar a capacidade econômico-financeira do licitante por meio de balanço patrimonial.	Seção de Licitações e Contratos	Realizar contratação emergencial a fim de garantir a prestação dos serviços.	Seção de Licitações e Contratos
15	Transcrição inadequada dos termos editalícios ao contrato, emissão da nota de empenho com dados inadequados.	Contratação em desacordo com a necessidade da Administração; Prejuízo ao erário; Cometimento de ato ilegal.	Verificar os dados do contrato, da nota de empenho e publicar tempestivamente os extrato contratual.	Seção de Licitações e Contratos	Revogar contrato, firmando novo termo; Anular nota de empenho incorreta.	Seção de Licitações e Contratos
16	Demora na conclusão da sessão do pregão, ocasionando atrasos na homologação e	Atraso na contratação.	Designar pessoal capacitado e em quantidade suficiente para a condução do	Ordenador de despesas	Designar pessoal adicional para a condução do processo	Ordenador de despesas

		consequente contratação.		processo licitatório.		licitatório.	
	17	Interposição de recursos por parte de licitantes.	Atraso na contratação.	Conduzir o processo de modo a não ensejar situações causadoras de interposição de recursos, como desclassificação indevida, falha na análise de proposta e habilitação etc.	Seção de Licitações e Contratos	Realizar o julgamento do recurso com a maior celeridade possível, a fim de evitar a necessidade de contratação emergencial.	Ordenador de despesas
<b>GESTÃO DE CONTRATO</b>	18	Recusa do licitante vencedor em assinar o contrato.	Impossibilidade de iniciar a execução dos serviços.	Verificar situações que possam ensejar a inexecução contratual.	Seção de Licitações e Contratos	Convocar a próxima colocada no certame para a celebração de contrato; Realizar contratação emergencial a fim de garantir a continuidade da prestação dos serviços.	Seção de Licitações e Contratos; Ordenador de despesas
	19	Não apresentação de garantia contratual pela contratada	Falta de mecanismo de garantia de possíveis falhas na execução do contrato, como recolhimento de multas, pagamentos de verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias.	Cobrar da contratada a prestação da garantia dentro do prazo previsto em edital ou mesmo em atraso.	Gestor do Contrato.	Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual; Sancionar a Contratada conforme Acordo de Níveis de Serviço	Gestor do Contrato.
	20	Garantia contratual emitida por instituição não cadastrada no Banco Central do Brasil	Falta de mecanismo de garantia de possíveis falhas na execução do contrato, como recolhimento de multas, pagamentos de verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias.	Cobrar da contratada a prestação da garantia dentro do prazo previsto em edital ou mesmo em atraso.	Gestor do Contrato.	Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual; Sancionar a Contratada conforme Acordo de Níveis de Serviço	Gestor do Contrato.
	21	Quantitativo de pessoal ou	Falha no acompanhamento da execução	Designar quantitativo de pessoal	Ordenador de despesas; Setor de	Atribuição das atividades de gestão e	Ordenador de despesas

	capacitação insuficiente dos agentes de fiscalização e gestão do contrato	contratual.	suficiente; Capacitação da equipe; Realizar reuniões periódicas para atualização dos procedimentos de fiscalização contratual e compartilhamento de informações.	Licitações e Contratos	fiscalização do contrato a outros militares que já estejam capacitados.	
22	Acompanhamento da execução contratual insuficiente por parte da fiscalização e gestão do contrato	Falha no acompanhamento da execução contratual.	Realizar reuniões periódicas para atualização dos procedimentos de fiscalização contratual	Fiscalização Administrativa	Exigir relatório periódico da fiscalização contratual.	Fiscalização Administrativa
23	Falha de comunicação entre gestor e fiscal de contrato	Falha no acompanhamento da execução contratual.	Realizar reuniões periódicas com a equipe de fiscalização contratual.	Fiscalização Administrativa	Exigir relatório periódico da fiscalização contratual.	Fiscalização Administrativa
24	Falha ou ausência de registro de ocorrências	Falta de informações relevantes para análise da contratação.	Disponibilizar ao fiscal, no início da vigência contratual, o livro de ocorrências ou instrumento similar	Fiscalização Administrativa	Exigir relatório periódico da fiscalização contratual.	Fiscalização Administrativa
25	Falha de comunicação entre Administração e contratada	Falha na prestação dos serviços	Realizar reunião inicial com a contratada, na qual deverão ser disponibilizados os canais de relacionamento, assim como indicado o preposto.	Gestor do Contrato.	Notificar a contratada por não atendimento aos contatos e requisições da contratante.	Gestor do Contrato.
26	Executar serviços fora dos padrões pretendidos	Falha na prestação dos serviços.	Acompanhar e cobrar da contratada a realização dos serviços dentro dos padrões pretendidos; Não realizar o recebimento de serviços fora dos padrões pretendidos.	Fiscal Técnico do Contrato	Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual; Sancionar a Contratada conforme Acordo de Níveis de Serviço; Exigir a correção dos serviços, conforme disciplinado no Termo de Referência.	Gestor do Contrato.

27	Interrupção temporária dos serviços por quaisquer razões	Falha na prestação dos serviços.	Acompanhar a execução contratual, de modo a prever situações que possam dar causa à interrupção dos serviços.	Fiscal Técnico do Contrato	Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual; Sancionar a Contratada conforme Acordo de Níveis de Serviço	Gestor do Contrato
28	Deixar a contratada de fornecer aos empregados às condições necessárias ao desempenho das tarefas, como uniformes, equipamentos e EPI's	Falha na prestação dos serviços; Causa potencial de acidente de trabalho.	Acompanhar a execução contratual, de modo a exigir a disponibilização aos empregados de todos os materiais, equipamentos e uniformes previstos no contrato, dentro dos prazos estabelecidos.	Fiscal Técnico do Contrato	Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual. Sancionar a Contratada conforme Acordo de Níveis de Serviço	Gestor do Contrato
29	Ocorrência de acidente de trabalho com funcionário da contratada	Ocorrência de lesão corporal grave ou fatalidade; Responsabilização subsidiária da Administração.	Acompanhar a execução contratual, de modo a não permitir a exceção de tarefas sem o uso de equipamentos de proteção, bem como avaliar os a segurança e o grau de salubridade dos locais onde as tarefas devam ser realizadas.	Fiscal Técnico do Contrato.	Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual; Sancionar a Contratada conforme Acordo de Níveis de Serviço; Não permitir a realização de atividades sem a devida verificação de segurança.	Gestor do Contrato; Fiscal Técnico do Contrato.
30	Deixar a contratada de pagar salários, benefícios e encargos trabalhistas e previdenciários.	Responsabilização subsidiária da Administração em ações trabalhistas contra a contratada.	Acompanhar a execução contratual, de modo a verificar se os pagamentos são feitos corretamente; Implantação da Conta Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação.	Fiscal Administrativo do Contrato; Gestor do Contrato.	Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual; Sancionar a Contratada conforme Acordo de Níveis de Serviço; Solicitar junto a Instituição Financeira liberação do valor devido ao funcionário.	Gestor do Contrato; Fiscalização Administrativa
31	Não manutenção das condições de	Impossibilidade de renovação	Acompanhar as condições de	Fiscal Administrativo	Notificar a contratada pelo	Gestor do Contrato;

	habilitação pela contratada.	contratual	habilitação da contratada, notificando-a quando da existência de alguma pendência.	do Contrato.	descumprimento de obrigação contratual; Sancionar a Contratada conforme Acordo de Níveis de Serviço; Instaurar processo sancionador para eventual aplicação de sanção.	Fiscalização Administrativa
32	Falência, insolvência, quebra contratual pela contratada	Interrupção imediata o contrato.	Acompanhar as condições de habilitação da contratada, em especial quanto à qualificação econômico-financeira.	Gestor de Contrato	Realizar contratação emergencial a fim de garantir a continuidade da prestação dos serviços.	Seção de Licitações e Contratos; Ordenador de despesas
33	Interrupção definitiva dos serviços pela contratada por outras razões não elencadas anteriormente.	Interrupção imediata o contrato.	Acompanhar a execução contratual, de modo a prever situações que possam dar causa à interrupção dos serviços	Gestor de Contrato	Realizar contratação emergencial a fim de garantir a continuidade da prestação dos serviços.	Seção de Licitações e Contratos; Ordenador de despesas
34	Responsabilização subsidiária da Administração em ações trabalhistas contra a contratada	Pagamento de indenizações a funcionários da contratada.	Acompanhar a execução contratual, de modo a garantir aos funcionários o recebimento de todas as verbas devidas.	Fiscal Administrativo do Contrato; Gestor do Contrato	Executar a garantia contratual; Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual; Sancionar a Contratada conforme Acordo de Níveis de Serviço; Instaurar processo sancionador para eventual aplicação de sanção.	Gestor do Contrato; Fiscalização Administrativa
35	Pagamento indevidos à contratada.	Prejuízo ao erário; Cometimento de ato ilegal.	Verificar com exatidão os valores devidos em relação aos serviços prestados	Gestor de Contrato	Negociar a devolução dos valores junto à contratada; Proceder o desconto dos pagamentos indevidos nas	Gestor do Contrato; Fiscalização Administrativa

						faturas futuras	
36	Falta de disponibilidade financeira para pagamento de despesa no prazo.	Cometimento de ato ilegal; Prejuízo ao erário, no caso de exigência por parte da contratada de pagamento em valor corrigido.	Obedecer à ordem de pagamentos conforme entrada no setor financeiro.	Setor Financeiro; Fiscalização Administrativa	Solicitar repasse de recurso para realizar pagamento no prazo.	Setor Financeiro; Fiscalização Administrativa	
37	Não aplicação de sanções à contratada pela Administração.	Prejuízo ao erário; Manutenção de empresa inadequada no mercado.	Notificar a contratada por falhas na execução contratual	Gestor do Contrato; Fiscalização Administrativa	Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual; Sancionar a Contratada conforme Acordo de Níveis de Serviço; Instaurar processo sancionador para eventual aplicação de sanção.	Gestor do Contrato; Fiscalização Administrativa	

Natal-RN, 18 de Setembro de 2024

Documento assinado digitalmente



**RAPHAEL CARLOS RODRIGUES**  
Data: 25/09/2024 10:19:23-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**RAPHAEL CARLOS RODRIGUES - 3º Sgt**

Requisitante

Aprovo, em 18 de setembro de 2024

Documento assinado digitalmente



**MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JUNIOR**  
Data: 25/09/2024 16:54:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JUNIOR – Cel**  
Ordenador de despesas 7º BECmb



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(Batalhão de Engenheiros/1855)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY

MAPA DE PESQUISA DE PREÇOS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO (NUP) 64036.006922/2024-81

(Decretos nº 7.892/13 e 5.450/05).

Fontes de Pesquisa: para serviços gráficos

Fonte I LM SERVGRAFICA E COPIADORA LTDA ME – 07.805.649/0001-29

Fonte II SM DE O AMORIM ME – 21.339.079/0001-50

Fonte III TC DISTRIBUIDORA EIRELI – 30.306.389/0001-69

Item	Descrição	Unidade	Qtd	Fonte I	Fonte II	Fonte III	Valor Médio
1	Confeção de Banner, impressão em papel: 1,20x90cm, colorido, gramatura 150g/m², acabamento: perfil, cordão (nylon) e ponteiros plásticas.	SERV	1	R\$ 90,00	R\$ 93,80	R\$ 95,00	R\$ 92,93
2	CONFECÇÃO DE Cartaz formato A2, impressão colorida (4x0 cores), papel offset ou couché 150g/m².	SERV	1	R\$ 20,00	R\$ 21,60	R\$ 22,50	R\$ 21,37
3	Confeção de Impressão de fotografia em papel fotográfico fosco. Tamanho 30x40 cm	SERV	1	R\$ 10,00	R\$ 12,55	R\$ 12,00	R\$ 11,52

Documento assinado digitalmente

Natal – RN, 18 de Setembro de 2024

RAPHAEL CARLOS RODRIGUES – 3º SGT

Requisitante



RAPHAEL CARLOS RODRIGUES  
Data: 25/09/2024 13:49:32-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



**TC DISTRIBUIDORA EIRELI**  
 Rua Coronel José Pinto, 263-A  
 Cidade Alta | Natal/RN | CEP: 59.025.020  
 Fone: (84) 3322-0900 /  
 CNPJ: 30.306.389/0001-69  
 Ins. Estad.:20.543.834-2 | Inc. Mun.: 217.316-3  
 Cod. Atividade Prin. 46.45-1-01

## PROPOSTA DE PREÇOS

7º BE CMB

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITARIO		VALOR TOTAL DO ITEM		
1	Confecção de Banner, impressão em papel: 1,20x90cm, colorido, gramatura 150g/m², acabamento: perfil, cordão (nylon) e ponteiros plásticas.	UND	1	R\$	95,00	noventa e Cinco reais	R\$ 95,00	noventa e Cinco reais
2	CONFECÇÃO DE Cartaz formato A2, impressão colorida (4x0 cores), papel offset ou couché 150g/m².	UND	1	R\$	22,50	Vinte e Dois reais e cinquenta centavos	R\$ 22,50	Vinte e Dois reais e cinquenta centavos
3	Confecção de atestado médico, material autocopiativo, 2 vias, sendo 1ª via branca 1x0; 2ª via azul 1x0 tamanho 15,9x22,2cm, gramatura 54g/m², bloco com 100 folhas, numeração a partir de 0001. Arte a ser enviada pela contratante.	UND	1	R\$	22,00	Vinte e Dois reais	R\$ 22,00	Vinte e Dois reais
4	Confecção de receituário médico de uso privativo, offset 65g/m², 1x0, formato 21x14,8cm bloco com 100 folhas, conforme modelo a ser enviado pela contratante.	UND	1	R\$	12,90	Doze reais e noventa centavos	R\$ 12,90	Doze reais e noventa centavos
5	Horas de diagramação, incluindo criação da arte gráfica. Edição de imagens.	UND	1	R\$	61,50	Sessenta e Um reais e cinquenta centavos	R\$ 61,50	Sessenta e Um reais e cinquenta centavos
6	Confecção de Livro 16x23cm 1 cor Capa: Formato: 16x23cm fechado, 4x23cm aberto, com orelha interna de 6cm Papel cartão triplex 300g/m² (dobras). Impressão: offset 4x0 cores. Miolo: Formato: 16x23cm até 200 páginas. Papel offset 90g/m². Impressão: offset 1x1 cor. Acabamentos: Lombada quadrada, acabamento brochura (com costura, cola PUR). Pasta Formato aberto: 47x31,5cm - Impressão em offset 4x0 Papel Cartão duplex 300g/m² Acabamentos: laminação fosca, com bolso interno colado de 21x11cm com face de corte.	UND	1	R\$	32,00	Trinta e Dois reais	R\$ 32,00	Trinta e Dois reais
7	Confecção de Placas em PVC branco, 2mm, com serigrafia colorida em 1 lado, em diferentes tamanhos (identificação de salas, banheiros, proibido fumar, etc.) 1(uma) Unidade equivalente a 1(um)m²	UND	1	R\$	37,90	Trinta e Sete reais e noventa centavos	R\$ 37,90	Trinta e Sete reais e noventa centavos
8	Confecção de Adesivo redondo, com 7cm de diâmetro, papel adesivo, impressão colorida. Cada unidade corresponde a um cento.	UND	1	R\$	2,30	Dois reais e trinta centavos	R\$ 2,30	Dois reais e trinta centavos
9	Confecção de Impressão de fotografia em papel fotográfico fosco. Tamanho 20x30 cm	UND	1	R\$	5,40	Cinco reais e quarenta centavos	R\$ 5,40	Cinco reais e quarenta centavos
10	Confecção de Placa de sinalização de em chapa de aço galvanizado MSG-16 com pintura eletrostática à pó poliéster, com tarjas e dizeres em película refletiva de acordo com a arte a ser encaminhada na emissão do empenho, com furos para fixação (ou alça no caso de fixação em postes). Aplicação: sinalização de trânsito e aplicações semelhantes. 1 unidade equivale a 1m	UND	1	R\$	920,00	Novocentos e Vinte reais	R\$ 920,00	Novocentos e Vinte reais
11	Confecção de PLACA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL ESCOVADO, COMPRIMENTO 110 CM, ALTURA 80 CM, ESPESSURA 3 CM, FIXAÇÃO 4 PARAFUSOS COM TAMPA CROMADA, GRAVAÇÃO BAIXO RELEVO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1 CONFORME MODELO DO ÓRGÃO	UND	1	R\$	920,00	Novocentos e Vinte reais	R\$ 920,00	Novocentos e Vinte reais
12	Confecção de Placas em PVC branco (SÓLIDO), 3mm, com serigrafia colorida em 1 lado, em diferentes tamanhos (identificação de salas, banheiros, proibido fumar, etc.)	UND	1	R\$	45,00	Quarenta e Cinco reais	R\$ 45,00	Quarenta e Cinco reais
13	Confecção de Cartão de visita formato 9x5cm, impressão frente e verso 4x1 cores, papel couché fosco ou cartão triplex 300g/m². 1 Unidade = 1 cento	UND	1	R\$	1,00	Um reais	R\$ 1,00	Um reais

14	Confeção de Livro 21x28cm Capa: Formato: 21x28cm fechado e 58x28cm aberto, com orelha interna de 7cm. Papel cartão triplex 300g/m² (com plastificação: prolan fosco, dobras). Impressão: offset 4x4 cores. Miolo: Formato: 21x28cm até 200 páginas Papel offset 90g/m². Impressão: offset 1x1 cor. Acabamentos: Lombada quadrada, acabamento brochura (com costura, cola PUR).	UND	1	R\$	35,00	Trinta e Cinco reais	R\$ 35,00	Trinta e Cinco reais
15	Confeção de Impressão de fotografia em papel fotográfico fosco. Tamanho 30x40 cm	UND	1	R\$	12,00	Doze reais	R\$ 12,00	Doze reais
16	Confeção de Livro capa 20x20 cm, couchê fosca, gramatura 250g - Laminação soft touch (ou fosca) - 4x4 cores, miolo couchê fosco 120g - 4x4 cores – lombada quadrada. Quantidade de até 50 páginas.	UND	1	R\$	65,00	Sessenta e Cinco reais	R\$ 65,00	Sessenta e Cinco reais
17	Confeção de PLACA - Criação da Arte, diagramação e confecção de placas de ACM de 40 cm x 15cm com adesivo de fundo branco, frente e verso com vinco e dobra.	UND	1	R\$	145,00	Cento e Quarenta e Cinco reais	R\$ 145,00	Cento e Quarenta e Cinco reais
18	Confeção de PLACA - Criação da Arte, diagramação e confecção de 20 placas de ACM com adesivo de fundo branco e cola dupla face, medindo 40 cm x 15 cm.	UND	1	R\$	242,90	Duzentos e Quarenta e Dois reais e noventa centavos	R\$ 242,90	Duzentos e Quarenta e Dois reais e noventa centavos
19	Confeção de PLACA - Criação da Arte, diagramação e confecção de Placas de ACM com adesivo de fundo branco UV, medindo 50cm x 30cm para fixação com parafuso.	UND	1	R\$	300,00	Trezentos reais	R\$ 300,00	Trezentos reais
20	Confeção de PLACA - Criação da Arte, diagramação e confecção de 1 placa de ACM com adesivo de fundo branco UV, medindo 80cm x 50 cm para fixação com parafuso.	UND	1	R\$	300,00	Trezentos reais	R\$ 300,00	Trezentos reais
21	Confeção de PLACA - Criação da Arte, diagramação e confecção de 4 placas de ACM com adesivo de fundo branco UV, medindo 30cm x 15 cm para fixação com parafuso.	UND	1	R\$	230,00	Duzentos e Trinta reais	R\$ 230,00	Duzentos e Trinta reais
22	Confeção de PLACA - Criação da Arte, diagramação e confecção de 5 placas de ACM com adesivo de fundo branco UV, medindo 30 cm x 45 cm para fixação com parafuso	UND	1	R\$	650,00	Seiscentos e Cinquenta reais	R\$ 650,00	Seiscentos e Cinquenta reais
23	Confeção de Placa identificação, material: chapa metálica galvanizada no 24, altura: 2 m x largura 4 m, características adicionais: tipo "outdoor" fixado poste de madeira padrão RGE, acabamento: pintura fundo primer e cores conforme projeto adesivo UV colorido, instalado em local a ser definido.	UND	1	R\$	3.550,00	Três mil e Quinhentos e Cinquenta reais	R\$ 3.550,00	Três mil e Quinhentos e Cinquenta reais
24	Confeção de Livro capa 20x20 cm, couchê fosca, gramatura 250g - Laminação soft touch (ou fosca) - 4x4 cores, miolo couchê fosco 120g - 4x4 cores - lombada quadrada. Quantidade de até 50 páginas.	UND	1	R\$	62,00	Sessenta e Dois reais	R\$ 62,00	Sessenta e Dois reais
25	Confeção de Calendário de mesa - 13 folhas. Base piramidal, 23x38cm formato aberto e 23x14,5cm formato fechado, impressão offset 4x4 cores, papel cartão duplex 370g/m². Lâminas dos meses (13 folhas), formato 23x14cm, impressão offset 4x4 cores, papel couchê fosco 120g/m². Acabamento: perfuração e colocação de wire-o duplo. Vinco e dobra na base.	UND	1	R\$	37,00	Trinta e Sete reais	R\$ 37,00	Trinta e Sete reais
26	Confeção de Carimbo automático 60x40mm	UND	1	R\$	150,00	Cento e Cinquenta reais	R\$ 150,00	Cento e Cinquenta reais
27	Confeção de Carimbo automático 64x26mm	UND	1	R\$	150,00	Cento e Cinquenta reais	R\$ 150,00	Cento e Cinquenta reais
28	Confeção de Carimbo automático 58x22mm	UND	1	R\$	1.110,00	Um mil e Cento e Dez reais	R\$ 1.110,00	Um mil e Cento e Dez reais
29	Confeção de Carimbo automático 47x18mm	UND	1	R\$	100,00	Cem reais	R\$ 100,00	Cem reais
30	Confeção de Carimbo automático 38x14mm	UND	1	R\$	90,00	noventa reais	R\$ 90,00	noventa reais

VALOR TOTAL	R\$ 9.406,40	Nove mil e Quatrocentos e Seis reais e quarenta centavos
Validade da proposta: 60 dias		
TC DISTRIBUIDORA Natal /RN - 08 de Maio de 2024		
<p style="text-align: center;"><i>Thiago Cesar M. Soares</i> _____ THIAGO CESAR MIRANDA SOARES CPF Nº 045.669.104-90 proprietario</p>		



## Servgrafica & Copiadora

LM SERVGRAFICA E COPIADORA LTDA-ME  
Av. Deodoro, 755 - Centro - Natal/RN - Cep 59.020-600  
Fone: (84) 3221-1065 / Fax: (84) 3201-8796  
CNPJ 07.809.649/0001-29 | Insc. Mun.: 155.288-0  
Cód. Atividade K-7499-3/02  
Insc. Estadual: 20.204.978-7

### PROPOSTA DE PREÇOS

#### 7º Batalhão de Engenharia de Combate

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta para fornecimento de serviços de materiais gráficos.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO DO ITEM		VALOR TOTAL DO ITEM	
1	Confeção de Banner, impressão em papel: 1,20x90cm, colorido, gramatura 150g/m <sup>2</sup> , acabamento: perfil, cordão (nylon) e ponteiros plásticos.	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 90,00	noventa reais	R\$ 90,00	noventa reais
2	CONFECÇÃO DE Cartaz formato A2, impressão colorida (4x0 cores), papel offset ou couché 150g/m <sup>2</sup> .	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 20,00	Vinte reais	R\$ 20,00	Vinte reais
3	Confeção de atestado médico, material autocopiativo, 2 vias, sendo 1ª via branca 1x0; 2ª via azul 1x0 tamanho 15,9x22,2cm, gramatura 54g/m <sup>2</sup> , bloco com 100 folhas, numeração a partir de 0001. Arte a ser enviada pela contratante.	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 20,00	Vinte reais	R\$ 20,00	Vinte reais
4	Confeção de receituário médico de uso privativo, offset 65g/m <sup>2</sup> , 1x0, formato 21x14,8cm bloco com 100 folhas, conforme modelo a ser enviado pela contratante.	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 10,00	Dez reais	R\$ 10,00	Dez reais
5	Horas de diagramação, incluindo criação da arte gráfica. Edição de imagens.	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 60,00	Sessenta reais	R\$ 60,00	Sessenta reais
6	Confeção de Livro 16x23cm 1 cor Capa: Formato: 16x23cm fechado, 44x23cm aberto, com orelha interna de 6cm Papel cartão triplex 300g/m <sup>2</sup> (dobras). Impressão: offset 4x0 cores. Miolo: Formato: 16x23cm até 200 páginas. Papel offset 90g/m <sup>2</sup> . Impressão: offset 1x1 cor. Acabamentos: Lombada quadrada, acabamento brochura (com costura, cola PUR). Pasta Formato aberto: 47x31,5cm - Impressão em offset 4x0 Papel Cartão duplex 300g/m <sup>2</sup> Acabamentos: laminação fosca, com bolso interno colado de 21x11cm com faca de corte.	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 30,00	Trinta reais	R\$ 30,00	Trinta reais
7	Confeção de Placas em PVC branco, 2mm, com serigrafia colorida em 1 lado, em diferentes tamanhos (identificação de salas, banheiros, proibido fumar, etc.) 1(uma) Unidade equivalente a 1(um)m <sup>2</sup>	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 35,00	Trinta e Cinco reais	R\$ 35,00	Trinta e Cinco reais
8	Confeção de Adesivo redondo, com 7cm de diâmetro, papel adesivo, impressão colorida. Cada unidade corresponde a um cento.	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 2,00	Dois reais	R\$ 2,00	Dois reais
9	Confeção de Impressão de fotografia em papel fotográfico fosco. Tamanho 20x30 cm	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 5,00	Cinco reais	R\$ 5,00	Cinco reais
10	Confeção de Placa de sinalização de em chapa de aço galvanizado MSG-16 com pintura eletrostática à pó poliéster, com tarjas e dizeres em película refletiva de acordo com a arte a ser encaminhada na emissão do empenho, com furos para fixação (ou alça no caso de fixação em postes). Aplicação: sinalização de trânsito e aplicações semelhantes. 1 unidade equivale a 1m	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 900,00	Novecentos reais	R\$ 900,00	Novecentos reais
11	Confeção de PLACA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL ESCOVADO, COMPRIMENTO 110 CM, ALTURA 80 CM, ESPESSURA 3 CM, FIXAÇÃO 4 PARAFUSOS COM TAMPA CROMADA, GRAVAÇÃO BAIXO RELEVO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1 CONFORME MODELO DO ÓRGÃO	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 900,00	Novecentos reais	R\$ 900,00	Novecentos reais
12	Confeção de Placas em PVC branco (SÓLIDO), 3mm, com serigrafia colorida em 1 lado, em diferentes tamanhos (identificação de salas, banheiros, proibido fumar, etc.)	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 40,00	Quarenta reais	R\$ 40,00	Quarenta reais
13	Confeção de Cartão de visita formato 9x5cm, impressão frente e verso 4x1 cores, papel couché fosco ou cartão triplex 300g/m <sup>2</sup> . 1 Unidade = 1 cento	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 0,80	oitenta centavos	R\$ 0,80	oitenta centavos
14	Confeção de Livro 21x28cm Capa: Formato: 21x28cm fechado e 58x28cm aberto, com orelha interna de 7cm. Papel cartão triplex 300g/m <sup>2</sup> (com plastificação: prolan fosco, dobras). Impressão: offset 4x0 cores. Miolo: Formato: 21x28cm até 200 páginas Papel offset 90g/m <sup>2</sup> . Impressão: offset 1x1 cor. Acabamentos: Lombada quadrada, acabamento brochura (com costura, cola PUR).	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 30,00	Trinta reais	R\$ 30,00	Trinta reais
15	Confeção de Impressão de fotografia em papel fotográfico fosco. Tamanho 30x40 cm	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 10,00	Dez reais	R\$ 10,00	Dez reais
16	Confeção de Livro capa 20x20 cm, couché fosca, gramatura 250g - Laminação soft touch (ou fosca) - 4x4 cores, miolo couché fosco 120g - 4x4 cores - lombada quadrada. Quantidade de até 50 páginas.	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 60,00	Sessenta reais	R\$ 60,00	Sessenta reais

17	Confeção de PLACA - Criação da Arte, diagramação e confecção de placas de ACM de 40 cm x 15cm com adesivo de fundo branco, frente e verso com vinco e dobra.	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 140,00	Cento e Quarenta reais	R\$ 140,00	Cento e Quarenta reais
18	Confeção de PLACA - Criação da Arte, diagramação e confecção de 20 placas de ACM com adesivo de fundo branco e cola dupla face, medindo 40 cm x 15 cm.	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 240,00	Duzentos e Quarenta reais	R\$ 240,00	Duzentos e Quarenta reais
19	Confeção de PLACA - Criação da Arte, diagramação e confecção de Placas de ACM com adesivo de fundo branco UV, medindo 50cm x 30cm para fixação com parafuso.	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 280,00	Duzentos e oitenta reais	R\$ 280,00	Duzentos e oitenta reais
20	Confeção de PLACA - Criação da Arte, diagramação e confecção de 1 placa de ACM com adesivo de fundo branco UV, medindo 80cm x 50 cm para fixação com parafuso.	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 280,00	Duzentos e oitenta reais	R\$ 280,00	Duzentos e oitenta reais
21	Confeção de PLACA - Criação da Arte, diagramação e confecção de 4 placas de ACM com adesivo de fundo branco UV, medindo 30cm x 15 cm para fixação com parafuso.	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 200,00	Duzentos reais	R\$ 200,00	Duzentos reais
22	Confeção de PLACA - Criação da Arte, diagramação e confecção de 5 placas de ACM com adesivo de fundo branco UV, medindo 30 cm x 45 cm para fixação com parafuso	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 600,00	Seiscentos reais	R\$ 600,00	Seiscentos reais
23	Confeção de Placa identificação, material: chapa metálica galvanizada no 24, altura: 2 m x largura 4 m, características adicionais: tipo "outdoor" fixado poste de madeira padrão RGE, acabamento: pintura fundo primer e cores conforme projeto adesivo UV colorido, instalado em local a ser definido.	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 3.500,00	Três mil e Quinhentos reais	R\$ 3.500,00	Três mil e Quinhentos reais
24	Confeção de Livro capa 20x20 cm, couchê fosca, gramatura 250g - Laminação soft touch (ou fosca) - 4x4 cores, miolo couchê fosco 120g - 4x4 cores - lombada quadrada. Quantidade de até 50 páginas.	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 60,00	Sessenta reais	R\$ 60,00	Sessenta reais
25	Confeção de Calendário de mesa - 13 folhas. Base piramidal, 23x38cm formato aberto e 23x14,5cm formato fechado, impressão offset 4x0 cores, papel cartão duplex 370g/m². Lâminas dos meses (13 folhas), formato 23x14cm, impressão offset 4x4 cores, papel couchê fosco 120g/m². Acabamento: perfuração e colocação de wire-o duplo. Vinco e dobra na base.	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 35,00	Trinta e Cinco reais	R\$ 35,00	Trinta e Cinco reais
26	Confeção de Carimbo automático 60x40mm	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 140,00	Cento e Quarenta reais	R\$ 140,00	Cento e Quarenta reais
27	Confeção de Carimbo automático 64x26mm	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 140,00	Cento e Quarenta reais	R\$ 140,00	Cento e Quarenta reais
28	Confeção de Carimbo automático 58x22mm	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 100,00	Cem reais	R\$ 100,00	Cem reais
29	Confeção de Carimbo automático 47x18mm	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 90,00	noventa reais	R\$ 90,00	noventa reais
30	Confeção de Carimbo automático 38x14mm	UNIDADE	SERVGRAFICA	1	R\$ 80,00	oitenta reais	R\$ 80,00	oitenta reais
<b>VALOR TOTAL</b>							R\$ 8.097,80	Oito mil e noventa e Sete reais e oitenta centavos
<b>Valor Global Da Proposta R\$ 8.097,80 (Oito mil e noventa e sete reais e oitenta centavos)</b>								

O valor global total de nossa proposta è de R\$ 8.097,80 (Oito mil e noventa e sete reais e oitenta centavos).

Nos preços apresentados, estão inclusos todos e quaisquer custos e encargos decorrentes da execução do objeto, inclusive custos referentes a alocação de profissionais, mão de obra, seguro, alimentação e hospedagem, se for o caso, e demais custos diretos e indiretos.

Nossa proposta tem validade mínima de 60 (Sessenta) dias corridos.

Razão Social: LM SERVGRAFICA E COPIADORA LTDA ME

CNPJ: 07.805.649/0001-29

Endereço: AV. DEODORO DA FONSECA Nº 755

Pessoa para Contato: Rivaldo Cesar Lucena soares, Sócio proprietário

Telefone/fax: 84-32013034 FAX: 84-3221-1065

Banco e conta corrente; Banco do Brasil Ag-0022-1 Conta-20714-4

Email de Contato da empresa: suprimentos@servgrafica.com.br

Dados do responsável para assinar o contrato, caso a empresa seja a vecendora, RIVALDO CESAR LUCENA SOARES, CPF: 132.832.354-49, RG: 001.380.972, Sócio Proprietário, residente e domiciliada na Rua General Gustavo Cordeiro de Farias, nº 31-Ap, 501, Bairro: Petrópolis - Natal/RN-CEP: 59.012-570.

LM SERVGRAFICA E COPIADORA LTDA ME  
NATAL/RN - 08 DE MAIO DE 2024

  
RIVALDO CESAR LUCENA SOARES  
RG Nº 001.380.972  
CPF Nº 132.832.354-49  
SÓCIO PROPRIETÁRIO

# S M DE O AMORIM - ME

## PROPOSTA DE PREÇOS

### 7º BE CMB

PREZADOS SENHORES,  
APRESENTAMOS NOSSA PROPOSTA PARA DE FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITARIO		VALOR TOTAL DO ITEM		
1	Confecção de Banner, impressão em papel: 1,20x90cm, colorido, gramatura 150g/m <sup>2</sup> , acabamento: perfil, cordão (nylon) e ponteiros plásticas.	UND	1	R\$	93,80	noventa e Três reais e oitenta centavos	R\$ 93,80	noventa e Três reais e oitenta centavos
2	CONFECÇÃO DE Cartaz formato A2, impressão colorida (4x0 cores), papel offset ou couché 150g/m <sup>2</sup> .	UND	1	R\$	21,60	Vinte e Um reais e sessenta centavos	R\$ 21,60	Vinte e Um reais e sessenta centavos
3	Confecção de atestado médico, material autocopiativo, 2 vias, sendo 1ª via branca 1x0; 2ª via azul 1x0 tamanho 15,9x22,2cm, gramatura 54g/m <sup>2</sup> , bloco com 100 folhas, numeração a partir de 0001. Arte a ser enviada pela contratante.	UND	1	R\$	22,00	Vinte e Dois reais	R\$ 22,00	Vinte e Dois reais
4	Confecção de receituário médico de uso privativo, offset 65g/m <sup>2</sup> , 1x0, formato 21x14,8cm bloco com 100 folhas, conforme modelo a ser enviado pela contratante.	UND	1	R\$	12,50	Doze reais e cinquenta centavos	R\$ 12,50	Doze reais e cinquenta centavos
5	Horas de diagramação, incluindo criação da arte gráfica. Edição de imagens.	UND	1	R\$	63,90	Sessenta e Três reais e noventa centavos	R\$ 63,90	Sessenta e Três reais e noventa centavos
6	Confecção de Livro 16x23cm 1 cor Capa: Formato: 16x23cm fechado, 44x23cm aberto, com orelha interna de 6cm Papel cartão triplex 300g/m <sup>2</sup> (dobras). Impressão: offset 4x0 cores. Miolo: Formato: 16x23cm até 200 páginas. Papel offset 90g/m <sup>2</sup> . Impressão: offset 1x1 cor. Acabamentos: Lombada quadrada, acabamento brochura (com costura, cola PUR). Pasta Formato aberto: 47x31,5cm - Impressão em offset 4x0 Papel Cartão duplex 300g/m <sup>2</sup> Acabamentos: laminação fosca, com bolso interno colado de 21x11cm com faca de corte.	UND	1	R\$	31,75	Trinta e Um reais e setenta e cinco centavos	R\$ 31,75	Trinta e Um reais e setenta e cinco centavos
7	Confecção de Placas em PVC branco, 2mm, com serigrafia colorida em 1 lado, em diferentes tamanhos (identificação de salas, banheiros, proibido fumar, etc.) 1(uma) Unidade equivalente a 1(um)m <sup>2</sup>	UND	1	R\$	39,00	Trinta e Nove reais	R\$ 39,00	Trinta e Nove reais
8	Confecção de Adesivo redondo, com 7cm de diâmetro, papel adesivo, impressão colorida. Cada unidade corresponde a um cento.	UND	1	R\$	3,10	Três reais e dez centavos	R\$ 3,10	Três reais e dez centavos

9	Confecção de Impressão de fotografia em papel fotográfico fosco. Tamanho 20x30 cm	UND	1	R\$ 5,85	Cinco reais e oitenta e cinco centavos	R\$ 5,85	Cinco reais e oitenta e cinco centavos
10	Confecção de Placa de sinalização de em chapa de aço galvanizado MSG-16 com pintura eletrostática à pó poliéster, com tarjas e dizeres em película refletiva de acordo com a arte a ser encaminhada na emissão do empenho, com furos para fixação (ou alça no caso de fixação em postes). Aplicação: sinalização de trânsito e aplicações semelhantes. 1 unidade equivale a 1m	UND	1	R\$ 930,00	Novocentos e Trinta reais	R\$ 930,00	Novocentos e Trinta reais
11	Confecção de PLACA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL ESCOVADO, COMPRIMENTO 110 CM, ALTURA 80 CM, ESPESSURA 3 CM, FIXAÇÃO 4 PARAFUSOS COM TAMPA CROMADA, GRAVAÇÃO BAIXO RELEVO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1 CONFORME MODELO DO ÓRGÃO	UND	1	R\$ 940,00	Novocentos e Quarenta reais	R\$ 940,00	Novocentos e Quarenta reais
12	Confecção de Placas em PVC branco (SÓLIDO), 3mm, com serigrafia colorida em 1 lado, em diferentes tamanhos (identificação de salas, banheiros, proibido fumar, etc.)	UND	1	R\$ 44,00	Quarenta e Quatro reais	R\$ 44,00	Quarenta e Quatro reais
13	Confecção de Cartão de visita formato 9x5cm, impressão frente e verso 4x1 cores, papel couchê fosco ou cartão triplex 300g/m². 1 Unidade = 1 cento	UND	1	R\$ 1,20	Um reais e vinte centavos	R\$ 1,20	Um reais e vinte centavos
14	Confecção de Livro 21x28cm Capa: Formato: 21x28cm fechado e 58x28cm aberto, com orelha interna de 7cm. Papel cartão triplex 300g/m² (com plastificação: prolân fosco, dobras). Impressão: offset 4x0 cores. Miolo: Formato: 21x28cm até 200 páginas Papel offset 90g/m². Impressão: offset 1x1 cor. Acabamentos: Lombada quadrada, acabamento brochura (com costura, cola PUR).	UND	1	R\$ 33,00	Trinta e Três reais	R\$ 33,00	Trinta e Três reais
15	Confecção de Impressão de fotografia em papel fotográfico fosco. Tamanho 30x40 cm	UND	1	R\$ 12,55	Doze reais e cinquenta e cinco centavos	R\$ 12,55	Doze reais e cinquenta e cinco centavos
16	Confecção de Livro capa 20x20 cm, couchê fosca, gramatura 250g - Laminação soft touch (ou fosca) - 4x4 cores, miolo couchê fosco 120g - 4x4 cores – lombada quadrada. Quantidade de até 50 páginas.	UND	1	R\$ 35,90	Trinta e Cinco reais e noventa centavos	R\$ 35,90	Trinta e Cinco reais e noventa centavos
17	Confecção de PLACA - Criação da Arte, diagramação e confecção de placas de ACM de 40 cm x 15cm com adesivo de fundo branco, frente e verso com vinco e dobra.	UND	1	R\$ 150,90	Cento e Cinquenta reais e noventa centavos	R\$ 150,90	Cento e Cinquenta reais e noventa centavos

18	Confecção de PLACA - Criação da Arte, diagramação e confecção de 20 placas de ACM com adesivo de fundo branco e cola dupla face, medindo 40 cm x 15 cm.	UND	1	R\$ 256,00	Duzentos e Cinquenta e Seis reais	R\$ 256,00	Duzentos e Cinquenta e Seis reais
19	Confecção de PLACA - Criação da Arte, diagramação e confecção de Placas de ACM com adesivo de fundo branco UV, medindo 50cm x 30cm para fixação com parafuso.	UND	1	R\$ 320,00	Trezentos e Vinte reais	R\$ 320,00	Trezentos e Vinte reais
20	Confecção de PLACA - Criação da Arte, diagramação e confecção de 1 placa de ACM com adesivo de fundo branco UV, medindo 80cm x 50 cm para fixação com parafuso.	UND	1	R\$ 320,00	Trezentos e Vinte reais	R\$ 320,00	Trezentos e Vinte reais
21	Confecção de PLACA - Criação da Arte, diagramação e confecção de 4 placas de ACM com adesivo de fundo branco UV, medindo 30cm x 15 cm para fixação com parafuso.	UND	1	R\$ 240,00	Duzentos e Quarenta reais	R\$ 240,00	Duzentos e Quarenta reais
22	Confecção de PLACA - Criação da Arte, diagramação e confecção de 5 placas de ACM com adesivo de fundo branco UV, medindo 30 cm x 45 cm para fixação com parafuso	UND	1	R\$ 630,00	Seiscentos e Trinta reais	R\$ 630,00	Seiscentos e Trinta reais
23	Confecção de Placa identificação, material: chapa metálica galvanizada no 24, altura: 2 m x largura 4 m, características adicionais: tipo "outdoor" fixado poste de madeira padrão RGE, acabamento: pintura fundo primer e cores conforme projeto adesivo UV colorido, instalado em local a ser definido.	UND	1	R\$ 3.700,00	Três mil e Setecentos reais	R\$ 3.700,00	Três mil e Setecentos reais
24	Confecção de Livro capa 20x20 cm, couchê fosca, gramatura 250g - Laminação soft touch (ou fosca) - 4x4 cores, miolo couchê fosco 120g - 4x4 cores - lombada quadrada. Quantidade de até 50 páginas.	UND	1	R\$ 75,00	setenta e Cinco reais	R\$ 75,00	setenta e Cinco reais
25	Confecção de Calendário de mesa - 13 folhas. Base piramidal, 23x38cm formato aberto e 23x14,5cm formato fechado, impressão offset 4x0 cores, papel cartão duplex 370g/m². Lâminas dos meses (13 folhas), formato 23x14cm, impressão offset 4x4 cores, papel couchê fosco 120g/m². Acabamento: perfuração e colocação de wire-o duplo. Vinco e dobra na base.	UND	1	R\$ 40,00	Quarenta reais	R\$ 40,00	Quarenta reais
26	Confecção de Carimbo automático 60x40mm	UND	1	R\$ 152,00	Cento e Cinquenta e Dois reais	R\$ 152,00	Cento e Cinquenta e Dois reais
27	Confecção de Carimbo automático 64x26mm	UND	1	R\$ 152,00	Cento e Cinquenta e Dois reais	R\$ 152,00	Cento e Cinquenta e Dois reais

28	Confecção de Carimbo automático 58x22mm	UND	1	R\$ 120,00	Cento e Vinte reais	R\$ 120,00	Cento e Vinte reais
29	Confecção de Carimbo automático 47x18mm	UND	1	R\$ 110,00	Cento e Dez reais	R\$ 110,00	Cento e Dez reais
30	Confecção de Carimbo automático 38x14mm	UND	1	R\$ 105,00	Cento e Cinco reais	R\$ 105,00	Cento e Cinco reais
<b>Valor total da proposta</b>						<b>R\$ 8.661,05</b>	<b>Oito mil e Seiscentos e Sessenta e Um reais e cinco centavos</b>

S M DE O AMORIM ME - CNPJ Nº 21.339.079/0001-50 – VIGÁRIO BARTOLOMEU, 571, LOJA 13, CIDADE ALTA  
NATAL-RN - CEP 59.025-300 - FONE 84 99634.1326 - INSC EST. 20.418.408-8 - INSC MUNIC. 213.149-7  
dinamikanatal@gmail.com

Sueldo Marcone de Oliveira Amorim  
CPF: 44.383.464-87  
Gerente Administrativo

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS

S M DE O AMORIM ME  
NATAL/RN, 08 DE MAIO DE 2024.

Sueldo Marcone de Oliveira Amorim  
CPF 444.383.464-87 - RG 906.810-SSP/RN  
PROPRIETÁRIO



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(Batalhão de Engenheiros/1855)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

**(Processo Administrativo nº 64036.006922/2024-81)**

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços gráficos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Confecção de Banner, impressão em papel: 1,20x90cm, colorido, gramatura 150g/m², acabamento: perfil, cordão (nylon) e ponteiros plásticas.	18724	Unidade	100	92,93	R\$ 9.293,00
2	CONFECÇÃO DE Cartaz formato A2, impressão colorida (4x0 cores), papel offset ou couché 150g/m².	18724	Unidade	100	21,37	R\$ 2.137,00
3	Confecção de Impressão de fotografia em papel fotográfico fosco. Tamanho 20x30 cm	18724	Unidade	100	R\$ 11,52	R\$ 1.152,00
VALOR TOTAL						R\$ 12.582,00

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da Adjucação/Homologação da Dispensa Eletrônica, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

#### **Subcontratação**

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Vistoria**

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: a partir da emissão da nota de empenho;

5.1.2. Periodicidade de execução do serviço: conforme solicitação do órgão.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Djalma Maranhão, 641 - Nova Descoberta. CEP:59.075.290 - Natal-RN - Fone: (84) 3344-1000, (84) 3344-1026 - e-mail: almoxarifado.7becmb2021@gmail.com.

5.3. Os serviços serão prestados no horário de expediente da Organização Militar.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

**Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da execução do objeto.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

- 6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

- 6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da

liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

### **Do recebimento**

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.16.1. o prazo de validade;

7.16.2. a data da emissão;

7.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.16.5. o valor a pagar; e

7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice geral de preços.

### **Forma de pagamento**

7.26. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

7.30. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.30.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.31. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.32. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.33. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.34. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 (indicar um dos incisos do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso concreto), que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM.

### Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário.

### Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Habilitação jurídica**

8.13. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.14. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.15. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.16. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.17. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.18. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.20. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.21. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente.

8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.26. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.27. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.28. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.29. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.30. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.31. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.32. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.33. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.34. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.35. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de

habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 5 % do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

8.36. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.37. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela empresa.

### **Qualificação Técnica**

8.38. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.39. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.40. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente em plena validade;

8.40.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.41.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados.

8.41.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.41.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

8.41.4. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**


9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 12.582,00 (doze mil, quinhentos e oitenta e dois reais).

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Natal-RN, 18 de setembro de 2024.

Documento assinado digitalmente  
 **RAPHAEL CARLOS RODRIGUES**  
Data: 04/11/2024 11:56:44-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**RAPHAEL CARLOS RODRIGUES – 3ºSgt**  
Requisitante

Aviso de

# CONTRATAÇÃO DIRETA

90023/2024

## CONTRATANTE (UASG)

7º Batalhão de Engenharia de Combate (160343)

## OBJETO

Contratação de Serviços Gráficos.

## VALOR TOTAL DA AQUISIÇÃO

R\$ 12.582,00

## DATA DA SESSÃO

De 08/11/2024

## HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 08 h até 14 h

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA .....	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA .....	3
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL .....	5
4. FASE DE LANCES.....	6
5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	7
6. HABILITAÇÃO.....	9
7. CONTRATAÇÃO.....	9
8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	10
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	12



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(BATALHÃO DE ENGENHEIROS / 1855)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90023/2024**

**(Processo Administrativo nº 64036.006922/2024-81)**

Torna-se público que o 7º Batalhão de Engenharia de Combate, por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos, realizará Dispensa Eletrônica com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021 e demais normas aplicáveis.

**Data da sessão:** 08/11/2024

**Horário da Fase de Lances:** 08.00 às 14.00 horas

**Link:** [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**Critério de Julgamento:** menor preço

## **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de **Serviços Gráficos**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e Termo de Referência.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade

por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

- 2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
- 2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
  - 2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
    - a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
    - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
    - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
    - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
    - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
    - f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
  - 2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
  - 2.2.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
  - 2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
  - 2.2.5. sociedades cooperativas.
- 2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser

observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

### 3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. O fornecedor NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

3.2.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 dias, a contar da data de sua apresentação.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- 3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 3.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- 3.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).
- 3.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).
- 3.12.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.
- 3.12.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;
- 3.12.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
- 3.12.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

#### **4. FASE DE LANCES**

- 4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  - 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
  - 4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 00,1.
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
  - 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## 5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.
  - 5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
  - 5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.
- 5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.
- 5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.2 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - 5.4.1. SICAF;
  - 5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
  - 5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

- 5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
  - 5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
  - 5.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
  - 5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.
- 5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
  - 5.8.1. contiver vícios insanáveis;
  - 5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
  - 5.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 5.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 5.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
  - 5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
  - 5.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
  - 5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - 5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

- 5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
  - 6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
  - 6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação. ([art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021](#)).
- 6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
  - 6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## 7. CONTRATAÇÃO

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela aquisição, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar Termo de Contrato ou aceitar a Nota de Empenho, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 15 % sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#))

8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).

8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#))

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):

- 8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.11. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

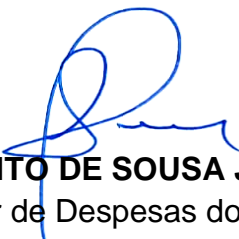
- 8.13. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 8.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#))
- 8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161](#))
- 8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
  - 9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
    - 9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
  - 9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

- 9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.12.1. ANEXO I – Termo de Referência

Natal-RN, 21 de outubro de 2024.

  
**MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JUNIOR – Coronel**  
Ordenador de Despesas do 7º BECmb



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(BATALHÃO DE ENGENHEIROS / 1855)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90023/2024**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO (NUP) Nº 64036.006922/2024-81**

**TERMO DE ENCERRAMENTO**

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de 2024, nesta cidade do Natal/RN, no quartel do 7º Batalhão de Engenharia de Combate, encerro os trabalhos atinentes ao presente processo.

Natal-RN, 05 de novembro de 2024.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA OLIVEIRA', written over a horizontal line.

**JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA OLIVEIRA – 2º Sgt**  
Aux SALC